

Joelmir Beting

JORNAL DE BRASÍLIA

Tirando o fardo

Para os empresários brasileiros, a Constituinte já virou um pugilato ideológico entre os defensores da economia de mercado e os pregadores da economia de comando. Ainda não dá para apontar o favorito dessa verdadeira batalha-da-ponte, mas a vitória só vai sair por pontos e não por nocaute — tamanho o equilíbrio entre os interesses da privatização e as propostas da estatização. Única certeza: a Constituinte deve parar um híbrido furta-cor, puxado a meio liberalismo, na linha do homem meio amigo ou da mulher meio grávida.

Pelo sim, pelo não, as maiores entidades empresariais de São Paulo acabam de remeter uma "carta de princípios", sobre matéria econômica, a todos os constituintes de plantão. O documento lembra que a participação do estado na economia dita de mercado já é excessiva e castradora: é preciso baixar a taxa de "governança" da economia em nome da própria preservação da democracia.

Fascismo puro

A ligação direta entre regime político e sistema econômico é fisicamente palpável, dispensa as lupas da análise marxista. Não há sociedade politicamente, aberta dentro de um sistema economicamente fechado. Maior o grau de estatização da economia, menor o

raio de afirmação da democracia. A economia estatizada no interior do sistema capitalista é um passaporte para o fascismo, alegremente endossado pelos profetas do socialismo. Tanto assim, que a estatização da economia é ponto de confluência dos radicais da direita com os radicais da esquerda. Max Weber explica.

Pois até os chineses, campeões da introversão política, já ligaram o desconfiômetro: não se deve confundir estatização com socialismo. A propriedade estatal é simplesmente uma forma pervertida de capitalismo de estado, velha burguesia desalojada pela nova burocracia. E o capitalismo estatal, que se veste de "economia centralmente planejada", é de todos os sistemas conhecidos o mais reacionário, o menos competente, o mais perdulário.

A regulamentite

O documento de São Paulo sustenta que a economia de mercado erra bem menos que a economia de comando — do que nos dá prova o desastre do Plano Cruzado, manifestação superior, não do estado produtor de bens e serviços, mas do estado produtor de normas e cabrestos.

Para os empresários, não basta questionar o avanço do setor público na propriedade dos meios de produção, a partir de um pla-

nejamento fechado ou não transparente. Que o diga a Ferrovia Norte-Sul. E igualmente imperioso denunciar o expediente submerso da "estatização da decisão" sobre negócios privados. Uma regulamentite possesca anda aprisionando a capacidade de discernimento dos empresários, dos consumidores, dos contribuintes, dos investidores, dos trabalhadores.

E a tal de governação burocratizante, que a tecnoburocracia transformou em instrumento de poder pessoal. Ela desencoraja a iniciativa, esteriliza a criatividade, subverte a noção de risco e embotou o senso de oportunidade.

O maquiavelismo

As regras do jogo mudam a cada dia, quando não muda o próprio jogo, via choque heterodoxo. Ultimamente, como se já não bastasse o vasto "imbrólio" dos atos, estoura na praça o complicador dos boatos. E boatos patrocinados pela desinformação oficial de burocratas que deram de pensar em voz alta... E o que dizer da intromissão escancarada do clientelismo político nos gabinetes da decisão econômica?

Resultado: o governo não deixa a economia de mercado funcionar em paz e depois bota a culpa da crise brasileira no mau funcionamento da economia de mercado.

A classe política que se cuide. A sociedade brasileira começa a iden-

tificar no governo inchado e parasitário a verdadeira matriz da inflação, da dívida, da miséria, da desesperança e da letargia verde-amarela: já não é mais a escassez do recurso que limita a decisão; agora, é a insensatez da decisão (ou a falta de) que atrofia o recurso.

O despertar da cidadania, ainda que por linhas tortas, via desobediência civil (até na convocação da seleção brasileira de futebol), revela que o elástico da tolerância social e da apatia política está no limite da ruptura. A frustração mudancista da Nova República e a inflação de abril, a maior da história do Brasil, colocam contra o paredão de juízo popular a incompetência da economia de comando, com sua vocação para economia do desmando.

A festa acabou

Os signatários da "carta de princípios", tocados pela inclinação estatizante filtrada das propostas das comissões e subcomissões da Constituinte, estão não apenas puxando a sardinha para as respectivas brasas — também passando o recado da sociedade ressabiada: maior a concentração de poder nas mãos do estado incompetente e perdulário, maior o desperdício nacional. E a festa acabou. Não dá para perder mais um cruzado nem mais um minuto. Vamos ter de hospedar mais 44 milhões de brasileiros até o ano 2.000. Ou nos próximos 13 anos.